



MUNICÍPIO DE AZAMBUJA
Câmara Municipal
EDITAL N.º68 / 2012

---Joaquim António Ramos, Presidente da Câmara Municipal de Azambuja.-----
---Torna públicas, de acordo com as disposições do art.º 91 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, as deliberações da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Azambuja, realizada no dia 11 de Setembro de 2012.-----

---ORDEM DO DIA-----

---1.PROPOSTA Nº 08/ VAMF/ 2012: -----

---A Senhora Vereadora Ana Maria Ferreira, apresentou conjuntamente com o Senhor Vereador Silvino Lúcio, a Proposta que a seguir se transcreve:-----

---"Considerando que:-----

---a) A Câmara Municipal, por deliberação de 17 de julho, aprovou submeter a apreciação pública o Projeto de Regulamento de Transportes Escolares, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo;-----

---b) O período de apreciação pública terminou no dia 30 de agosto, sem que tivessem sido apresentadas sugestões;-----

---c) Os serviços municipais entenderam conveniente proceder a alterações pontuais ao projeto apresentado, que constam do projeto final que junto se anexa, em virtude, nomeadamente, da entrada em vigor, durante o período de apreciação pública, do Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto, que alterou o Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro.-----

---Propomos:-----

---Que a Câmara Municipal, no uso das competências previstas na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei das Autarquias Locais – Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Março –, delibere submeter à Assembleia Municipal a aprovação do Regulamento de Transportes Escolares, que junto se anexa.-----

---REGULAMENTO DE TRANSPORTES ESCOLARES-----

---NOTA JUSTIFICATIVA-----

---O Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, atribuiu às autarquias locais competências no âmbito da criação de um serviço de transportes escolares que permita assegurar o acesso de todos os alunos aos vários níveis de ensino, independentemente do local onde residam. O serviço de transportes escolares é, assim, uma incumbência fundamental do Município no âmbito da educação, e que merece um tratamento rigoroso por se tratar de uma área que implica um considerável investimento.-----

---É da responsabilidade do Município suportar as despesas de transporte dos alunos que frequentem os diferentes níveis de ensino, seja pela comparticipação nas despesas de aquisição de títulos às empresas de transportes coletivos de passageiros, seja pela criação de circuitos especiais de transporte assegurado por viaturas municipais ou alugadas pelo Município para

esse efeito. Trata-se de uma comparticipação que é da totalidade do custo até ao final do 3.º ciclo do ensino básico, e de metade quando o aluno frequente o Ensino Secundário -----

---Para além da comparticipação das despesas com a aquisição de títulos de transporte, o presente regulamento prevê um sistema de transportes escolares assegurados diretamente pelo Município, consagrando o que tem sido prática corrente nos últimos anos. Este sistema de transporte destina-se a todos os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico que residam a mais de 3 km do estabelecimento de ensino, podendo ser alargado aos restantes alunos, bem como aos do Ensino Pré-Escolar, desde que mediante o pagamento das respetivas despesas. -----

---O presente regulamento foi submetido a parecer prévio do Conselho Municipal da Educação, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro. -----

Assim, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º do Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e mediante proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Azambuja aprova o seguinte regulamento:-----

---CAPÍTULO I - Disposições Gerais -----

---Artigo 1.º - Objeto e legislação habilitante -----

---O presente regulamento estabelece as regras de organização e funcionamento do serviço de transportes escolares do Município de Azambuja, nos termos das disposições constantes do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, alínea m) do n.º 1 e a alínea d) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, alterado pelo -----
Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, pela Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 186/2008, de 19 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto. -----

---Artigo 2.º - Âmbito -----

---1. Compete ao Município de Azambuja assegurar o transporte dos alunos residentes na área do Município entre a localidade da sua residência e os estabelecimentos de ensino, de forma gratuita ou comparticipada, de acordo com as normas legais aplicáveis.-----

---2. O transporte escolar definido no número anterior pode ser assegurado por uma das seguintes modalidades:-----

---a) Meios de transporte coletivo de passageiros; -----

---b) Circuitos especiais de transporte, assegurados por veículos disponibilizados para o efeito pelo Município de Azambuja, nas situações previstas no Capítulo III. -----

---3. O serviço de transporte escolar previsto no presente regulamento não abrange os alunos que frequentam cursos noturnos ou que residam nas áreas servidas por transportes urbanos e suburbanos da região de Lisboa, exceto nos seguintes casos:-----

---a) Alunos que hajam sido obrigatoriamente deslocados de cursos diurnos para a frequência de cursos noturnos;-----

---b) Alunos que hajam sido matriculados compulsivamente em estabelecimentos de ensino situados fora das áreas das suas residências; -----

---c) Alunos do Ensino Básico que residam em áreas servidas por transportes suburbanos nas regiões de Lisboa e Porto. -----

---Artigo 3.º - Beneficiários -----

---1. Podem beneficiar do transporte escolar nas condições previstas no presente regulamento os alunos residentes na área do Município de Azambuja que:-----

---a) Frequentem estabelecimento de Ensino Básico, Secundário ou Profissional, da área do Município de Azambuja;-----

---b) Residam a mais de 4 km ou 3 km do estabelecimento de ensino, consoante este esteja ou não equipado com refeitório. -----

---2. Podem ainda beneficiar do transporte escolar os alunos residentes na área do Município de Azambuja que frequentem estabelecimento de Ensino Básico, Secundário ou Profissional, fora da zona de influência pedagógica, desde que por um dos seguintes motivos: -----

---a) Inexistência de vaga, área de estudo ou curso na escola;-----

---b) Quando o estabelecimento de ensino em questão seja o mais próximo da sua residência.

---3. Podem beneficiar do transporte escolar previsto no presente regulamento os alunos residentes em outros concelhos matriculados em escolas da área do Município de Azambuja, nos termos fixados em protocolo celebrado para o efeito com a Câmara Municipal da respetiva área de residência. -----

---4. Não têm direito ao transporte escolar os alunos que frequentem cursos profissionais ou de formação profissional no âmbito dos quais esteja previsto o financiamento das deslocações.

---Artigo 4.º - Modalidades de apoio -----

---1. Têm direito à comparticipação da totalidade dos custos de transporte entre a escola e a localidade da residência, dentro de qualquer das modalidades previstas no n.º 2 do artigo 2.º:

---a) Os alunos menores até ao final do 3.º ciclo do ensino básico; -----

---b) Os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente com programa educativo individual organizado nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 3/2008, na redação da Lei n.º 21/2008 de 12 de maio, nas condições fixadas no disposto no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março. -----

---2. Têm direito à comparticipação de 50% das despesas de transporte para o percurso entre a escola e a localidade de residência os alunos que frequentem o Ensino Secundário, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º. -----

---3. Quando o transporte escolar seja assegurado por transporte público, o apoio consiste na comparticipação, nos montantes referidos nos números anteriores, das despesas de aquisição dos títulos de transporte público necessários à realização do percurso entre a residência do aluno e a escola, correspondendo ao título de transporte menos dispendioso disponibilizado pelo operador de transportes e o que permita a realização de maior número de viagens no percurso em causa, designadamente através de passe mensal. -----

---4. No caso de não poderem ser utilizados os transportes regulares ou os transportes escolares, a comparticipação a que se refere a alínea b) do número 1 é da responsabilidade do Ministério da Educação, podendo ser comparticipado pelo Município mediante protocolo celebrado para o efeito. -----

---Artigo 5.º - Serviços municipais de transporte escolar-----

---1. O transporte escolar dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico é assegurado por circuitos especiais de transporte criados pelo Município de Azambuja, de acordo com as regras específicas constantes do Capítulo III do presente regulamento. -----

---2. O transporte escolar dos alunos dos restantes níveis de escolaridade obrigatória é assegurado pelas empresas de transportes públicos a operarem na região. -----

---3. Compete ao Município de Azambuja, até ao dia 15 de fevereiro de cada ano, aprovar um Plano de Transportes Escolares, mediante parecer do conselho Municipal da Educação, conjugando e complementando a rede de transportes públicos, de acordo com a procura verificada em cada ano letivo, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 299/83, de 5 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 186/2008, de 19 de setembro. -----

---4. Os Agrupamentos de Escolas deverão colaborar com o Município na elaboração do mencionado Plano de Transportes, fornecendo os elementos necessários à sua concretização, designadamente a previsão do número de alunos beneficiários, localidades de proveniência, grupo etário, nível de ensino que frequentam e horário escolar. -----

---CAPÍTULO II - Procedimento -----

---Artigo 6.º - Pedido de atribuição de transporte escolar-----

---1. Os interessados na atribuição de transporte escolar devem requerê-lo mediante o preenchimento dos formulários constantes dos anexos ao presente regulamento, de acordo com a modalidade de apoio em causa. -----

---2. Os requerimentos são acompanhados dos seguintes documentos ----- :

---a) Exibição do cartão de cidadão ou outro documento de identificação válido; -----

---b) Certificado de matrícula emitido pelo estabelecimento de ensino que o aluno frequenta; -----

---c) Comprovativo de residência do agregado familiar do aluno, designadamente cópia do recibo de água, luz, gás; -----

---d) Declaração da escola pública da área de residência, certificando a inexistência de vaga, área de estudo ou curso, quando aplicável; -----

---e) No caso de alunos que frequentam cursos profissionais, declaração da escola certificando que não recebe financiamento para transporte escolar para o tipo de curso em que o aluno está matriculado. -----

---3. Os formulários de requerimento são disponibilizados pelos estabelecimentos de ensino da área do Município de Azambuja ou diretamente pelos serviços municipais, de acordo com o disposto nos artigos seguintes. -----

---Artigo 7.º - Apresentação dos pedidos de transporte escolar -----

---1. Os pedidos de transporte escolar dos alunos de escolas da área do Município de Azambuja são apresentados no estabelecimento de ensino do aluno anualmente no ato de matrícula para o ano escolar seguinte, observando-se o disposto no artigo 8.º. -----

---2. Os pedidos de comparticipação do transporte escolar dos alunos do Ensino Secundário são apresentados nos serviços de atendimento ao público da Câmara Municipal de Azambuja.

---3. Os processos de candidatura deverão ser anualmente remetidos aos serviços municipais, pelo requerente ou pelos estabelecimentos de ensino, até às datas abaixo indicadas, de acordo com o nível de ensino:-----

---a) Pré- Escolar e 1º Ciclo – 15 de julho;-----

---b) 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário – 31 de julho. -----

---4. Depois do prazo previsto no número anterior, apenas serão aceites candidaturas para atribuição de transporte escolar nas seguintes condições: -----

---a) Transferência de escola, por motivo de alteração de residência do agregado familiar do aluno;-----

---b) Transferência de escola, por motivo de alteração de escolha de curso e disciplina específica; -----

---c) Matrícula realizada tardiamente, devendo, neste caso, os encarregados de educação comprovar o motivo pelo qual a mesma não se realizou dentro do prazo estabelecido. -----

---5. Em caso de indeferimento, o Município informa os encarregados de educação para se pronunciarem em audiência prévia de interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo. -----

---Artigo 8.º - Participação dos agrupamentos de escolas-----

---1. Compete aos agrupamentos de escolas da área do Município de Azambuja organizar o processo individual de transporte escolar dos seus alunos, que será posteriormente analisado e validado pelo serviços municipais. -----

---2. Os agrupamentos de escolas divulgarão os requisitos necessários para que os alunos possam beneficiar de apoio em transporte, facultando a consulta do presente regulamento. -----

---Artigo 9.º - Distribuição de títulos de transporte -----

---É da responsabilidade dos alunos a obtenção do título de transporte e suas renovações junto do respetivo operador de transportes, sem prejuízo das situações em que a Câmara Municipal assumira a prestação desse serviço, nos termos a acordar com cada operador. -----

---CAPÍTULO III - Transporte escolar em circuitos especiais de transporte -----

---Artigo 10.º - Circuitos especiais de transporte -----

---1. O Município de Azambuja assegura a realização de circuitos especiais de transporte gratuito dos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico que residam à distância do estabelecimento de ensino referida no n.º 1 do artigo 3.º. -----

---2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, e em situações excecionais, devidamente comprovadas por parecer dos serviços municipais, poderão ainda beneficiar do transporte escolar previsto no presente capítulo os alunos que residam a distância inferior à prevista no n.º 1 do artigo 3.º, nos seguintes casos:

---a) Doença ou deficiência que condicione a mobilidade do aluno no percurso casa-escola, e desde que tal situação seja devidamente comprovada por relatório médico; -----

---b) Agregado familiar em situação de carência económica ou crianças institucionalizadas desde que comprovada a necessidade de utilizar transporte e verificando-se que este apoio se revele fundamental para o sucesso escolar do aluno; -----

---c) Quando o percurso a realizar seja considerado de especial perigosidade; -----

---d) Alunos do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico que residam em localidades onde não exista serviço de transporte público. -----

---3. Em situações excecionais, devidamente justificadas, poderão ainda beneficiar do transporte escolar em circuitos especiais os alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória que o requeiram, mediante o pagamento da taxa prevista para o efeito, desde que se verifiquem os seguintes pressupostos: -----

---a) O ponto de recolha se localize dentro de um dos percursos fixados no Plano de Transportes Escolares; -----

---b) Quando subsistam lugares vagos nas viaturas, depois de preenchidos todos os lugares com os alunos que devam beneficiar do transporte, nos termos do n.º 1; -----

---c) Não exista inconveniente para o serviço de transporte. -----

---4. Os pedidos para atribuição de transporte escolar nos termos do número anterior são decididos pela ordem em que foram apresentados. -----

---5. No caso dos alunos beneficiários da Ação Social Escolar, as despesas de transporte são suportadas pelo Município nos seguintes termos: -----

---a) Alunos beneficiários do Escalão 1 da Ação Social Escolar – comparticipação integral; -----

---b) Alunos beneficiários do Escalão 2 da Ação Social Escolar – comparticipação de metade das despesas. -----

---6. Quando os alunos que utilizem o transporte em circuitos especiais nos termos do número 3 se encontrem impossibilitados de frequentar as aulas, haverá redução do montante da taxa a aplicar em valor proporcional ao número de dias em que não utilizaram o transporte, desde que

seja apresentada justificação válida, de natureza médica ou outra, comprovada documentalmente.-----

---Artigo 11.º - Deveres dos encarregados de educação-----

---1. Os encarregados de educação dos alunos beneficiários do transporte previsto no presente artigo são obrigados a assegurar a presença dos seus educandos no local de embarque definido no percurso de transporte, ficando obrigados a:-----

---a) Acompanhar os seus educandos ao local de embarque no percurso de partida e no de chegada;-----

---b) Comparecer pontualmente no local de embarque à partida e à chegada, respeitando os horários definidos para o percurso;-----

---c) Avisar previamente o serviço de transportes da Câmara Municipal de Azambuja no caso de ausência do aluno ou mudança da pessoa que habitualmente o entrega e recebe.

---2. Compete aos agrupamentos de escolas:-----

---a) Assegurar a divulgação das regras e horários a observar no transporte escolar junto dos encarregados de educação e dos alunos que dele beneficiem;-----

---b) Avisar previamente os serviços municipais responsáveis pelo transporte escolar sobre alterações pontuais ou imprevistas aos horários de funcionamento dos estabelecimentos de ensino que tenham influência sobre o funcionamento do transporte escolar;-----

---c) Informar regularmente sobre a forma como decorre o funcionamento do sistema de transportes escolares, a fim de se proceder a eventuais correções;-----

---d) Disponibilizar vigilante que acompanhe o transporte escolar na totalidade do seu percurso.

---Artigo 12.º - Penalizações-----

--- A Câmara Municipal de Azambuja pode suspender o transporte escolar dos alunos que:

---a) Deixem de frequentar com regularidade o estabelecimento de ensino, reprovem por faltas ou sejam suspensos ou expulsos;-----

---b) Utilizem indevidamente ou de forma irresponsável os transportes, nomeadamente quando pratiquem atos de vandalismo;-----

---c) Manifestem com frequência comportamentos agressivos para com os colegas, vigilante e motorista;-----

---d) Quando não respeitem as orientações e recomendações do vigilante e/ou motorista pondo em causa a segurança do percurso.-----

---CAPÍTULO V - Disposições finais-----

---Artigo 13º - Disposições Gerais-----

---Os casos omissos serão analisados e decididos pela Câmara Municipal.-----

---Artigo 14º - Entrada em vigor-----

---O presente regulamento entra no dia seguinte à sua publicação nos termos legais, sendo aplicável à apreciação dos pedidos de atribuição de transporte escolar a partir do ano letivo de 2012-2013.-----

---ANEXO-----

---Taxa de utilização de transportes escolares para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 10.º – Fundamentação Económico-Financeira.-----

---Os circuitos especiais de transporte escolar efetuados em viaturas municipais têm vindo a ser assegurados por 4 viaturas de 24 lugares, 1 de 49 lugares e 2 de 6 lugares (considerando apenas os lugares que disponíveis em cada veículo), perfazendo um total de 157 passageiros.---

---A Tabela de Taxas, Licenças e Preços do Município de Azambuja, aprovada por deliberação da Assembleia Municipal de 22 de setembro de 2010, prevê os seguintes preços médios por hora de mão-de-obra e equipamentos:-----

---a) Veículos automóveis ligeiros – €20,70 por cada um, num total de €41,40;-----

---b) Veículos automóveis pesados de passageiros – €50,30 por cada um, num total de €251,50;

---O custo dos motoristas de transportes coletivos está incluído no valor do custo da viatura previsto na Tabela da Taxas Licenças e Preços, não contando para efeitos de apuramento de custo os acompanhantes, uma vez que são trabalhadores das próprias escolas.-----

---O serviço de transporte escolar custa, assim, €292,90 por hora.-----

---Para calcular o custo do transporte por dia tem-se em conta que as viaturas circulam em média 4 horas por dia, incluindo o percurso entre o local onde as viaturas estão estacionadas e os pontos de recolha dos alunos, bem como o percurso até cada uma das escolas, perfazendo um total diário de €1.171,60. Este valor corresponde a €7,46 por aluno e por dia e a €1.268,61 por aluno e por ano, considerando que um ano letivo tem, em média, 170 dias.-----

---Considerando que os transportes escolares funcionam durante o período letivo de setembro a junho, num total de 10 meses – incluindo 5 semanas de interrupções letivas pelo Natal, Carnaval e Páscoa – o total mensal a pagar por cada aluno, durante o período de funcionamento dos transportes escolares, seria de €126,86.-----

---Tendo em conta que se trata de um serviço essencial para o acesso das crianças ao sistema de ensino, e considerando que o valor apurado se revelaria incomportável para a generalidade dos agregados familiares, o Município assume a diferença entre o custo da atividade pública local e o custo efetivo, através da introdução de um coeficiente de incentivo à escolaridade de 0,25. Nestes termos, a taxa a aplicar mensalmente será de €31,72.-----

---Os cálculos são demonstrados de acordo com a tabela seguinte:-----

	Preço/hora	Unidades	Tempo/dia	Custo Total			Custo por passageiro		
				Hora	Dia	Ano	Hora	Dia	Ano
Veículos automóveis ligeiros	20,70 €	2	4	41,40 €	165,60 €	28.152,00 €	0,26 €	1,05 €	179,31 €
Veículos automóveis pesados de passageiros	50,30 €	5	4	251,50 €	1.006,00 €	171.020,00 €	1,60 €	6,41 €	1.089,30 €
Total				292,90 €	1.171,60 €	199.172,00 €	1,87 €	7,46 €	1.268,61 €
Número de passageiros	157								
Número de dias por ano	170,00								
Número de meses em que o serviço funciona	10								
Coeficiente de incentivo	0,25								

	Custo Total			Custo por passageiro					
	Hora	Dia	Ano	Hora	Dia	Ano			
Custo após aplicação do coeficiente de incentivo	73,23 €	292,90 €	49.793,00 €	0,47 €	1,87 €	317,15 €			
Valor da taxa por mês (durante 10 meses)	126,86 €								
Valor da taxa por mês com coeficiente de incentivo	31,72 €								

---Uma vez posta a votação a Proposta n.º08/VAMF/2012 foi aprovada por unanimidade.-----

---2 – Fixação de Taxas para 2013.-----

---2.1. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À PROPOSTA N.57/P/2012: -----

---O Senhor Vereador António Jorge Lopes apresentou a Proposta que a seguir se transcreve;---

---"Tendo em vista o tecido empresarial das Pequenas e Médias Empresas e do Comércio tradicional do Concelho de Azambuja, os quais têm sido confrontados com sucessivos aumentos das taxas municipais, propõe-se a alteração da Proposta n.º 57/P/2012 através da inclusão de uma nova alínea com a seguinte redação: -----

---"Ficam isentos do pagamento de derrama todos os sujeitos passivos identificados que obtenham um lucro tributável sujeito e não isento de IRC inferior ou igual a 150.000.00 €".

---Uma vez posta a votação a Proposta de Alteração à Proposta n.º 57/P/2012 foi reprovada com um voto a favor CPFNT e cinco votos contra (PS e CDU). -----

---2.1.2. PROPOSTA N.57/P/2012 (DERRAMA): -----

---O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

---"Considerando: -----

--- a necessidade de reforçar a capacidade financeira da autarquia com vista a assegurar os recursos necessários à continuidade dos programas de investimento do Município, num contexto de crise económico-financeira nacional e internacional: -----

---Proponho que:-----

---nos termos do n.º 1, do art.º 14.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do art.º 64.º, da Lei das Autarquias Locais, seja lançada, uma Derrama, a cobrar em 2013, de 1,5% "sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC) que corresponda à proporção do rendimento gerado na área geográfica do município, por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território";-----

---nos termos da alínea f), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei das Autarquias Locais, a presente proposta seja remetida para autorização da Assembleia Municipal." -----

---Uma vez posta a votação a Proposta n.57/P/2012 foi aprovada com cinco votos a favor (PS e CDU) e uma abstenção CPFNT -----

---2.2. PROPOSTA N.58/P/2012 (TMDP): -----

---O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

---Considerando: -----

---- a publicação da Lei nº. 5/2004, de 10 de fevereiro – Lei das Comunicações Eletrónicas – cujo art.º 106º. estabelece a existência de uma Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) determinada com base na aplicação de um percentual sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de telecomunicações eletrónicas ao público, em local fixo, para clientes finais na área do Município; -----

--- a publicação do Regulamento nº. 38/2004, de 29 de setembro, que define os procedimentos a adotar pelas empresas atrás referidas; -----

---que o percentual referido deverá ser anualmente aprovado até ao final do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina, de acordo com o preceituado no art.º 106º., do referido diploma, não podendo ultrapassar os 0,25%. -----

---Proponho que: -----

---nos termos da alínea b), do nº. 2, do art.º 106º., da Lei nº. 5/2004, de 10 de fevereiro, conjugada com a alínea a), do nº. 6, do art.º 64º., da Lei das Autarquias Locais, o percentual da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a aplicar no Município de Azambuja, no ano de 2013, seja de 0,25%; -----

--- nos termos da alínea e), do nº. 2, do art.º 53º., da Lei das Autarquias Locais, a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal para fixação das taxas propostas." -----

---Uma vez posta a votação a Proposta n.º58/P/2012 foi aprovada com cinco votos a favor (PS e CDU) e um voto contra CPFNT -----

---2.3 PROPOSTA N.59/P/2012 (IMI): -----

---O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

---" Considerando que, nos termos da Lei, compete à Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara, a fixação, em cada ano, das percentagens do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), nos termos e limites definidos pelo art.º 112º., do Código do IMI (CIMI), aprovado pelo Decreto-lei nº. 287/2003, de 12 de Novembro, na redação do art.º 2º., da Lei nº. 64/2008, de 5 de Dezembro -----

---Proponho que: -----

---1 Sejam mantidas, em 2013, a exemplo do ano anterior, as seguintes taxas relativas ao Imposto Municipal sobre Imóveis: -----

---Prédios rústicos: 0,80% -----

---Prédios urbanos: 0.5% a 0.8% -----

---Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI:0,3% a 0.5% -----

---2 Nos termos da alínea f), do nº. 2, do art.º 53º., da Lei das Autarquias Locais, a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal para fixação das taxas propostas." -----

---Uma vez posta a votação a Proposta n.º59/P/2012 foi aprovada com quatro votos a favor PS, uma abstenção do CPFNT e um voto contra CDU -----

---3.PROPOSTA N.60P/2012 – Tarifário de RSU - Revisão: -----

---A Proposta foi retirada . -----

---4.PROPOSTA N.53/P/2012 – Apoio a Famílias Numerosas – Tarifas de Água, Saneamento e RSU: -----

---O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

---"Considerando que o Município de Azambuja aprovou, por Deliberação da Assembleia Municipal de Azambuja de 28 de Abril de 2009, um conjunto de normas relativas ao " Apoio a Famílias Numerosas", no tocante ao consumo de água, tarifa de saneamento e tarifa de resíduos sólidos;-----

---Considerando que, nos termos da publicação de legislação variada dirigida ao setor de abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos (Lei 52/2008, D.L.97/2008 e D.L.194/2009) e de recomendações da entidade reguladora ERSAR, a fixação ao apoio a famílias numerosas, deve:-----

---Ser concretizada pelo ajustamento dos escalões de consumo, em função da dimensão do agregado familiar;-----

---Ser objeto duma dotação m³/mês per capita, assumindo-se que o limite do 1º é o produto dessa dotação pelo número de elementos do agregado familiar e que a amplitude dos demais escalões se mantem constante, até ao limite de 15 m³/mês.-----

---Considerando que, a definição de família numerosa abrange o conceito "três ou mais filhos"; --

---Considerando que para o limite de uma família considerada "não numerosa", de 4 elementos, o valor máximo do 1º escalão é de 5 m³/mês, o que configura uma captação de 1.25 m³/mês.---

---Proponho:-----

---1 Que a Câmara aprove as medidas anexas de apoio a famílias numerosas; -----

---2 Que esta Proposta seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal. -----

---APOIO A FAMÍLIAS NUMEROSAS -----

---1 – Tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos. -----

---É criado o seguinte escalonamento em função da dimensão da família: -----

ESCALÃO	DIMENSÃO DO AGREGADO FAMILIAR							
	5	6	7	8	9	10	11	12
1º	0-6,25 m ³	0-7,5 m ³	0-8,75 m ³	0-10 m ³	0-11,25m ³	0-12,5m ³	0-13,75m	0-15 m
2º	6,25-11,25 m ³	7,5-12,5 m ³	8,75-13,75 m ³	10-15 m ³	11,25-16,25 m ³	12,5-17,5m ³	13,75-18,75m ³	15-20 m ³
3º	11,25-26,25m ³	12,5-27,5m ³	13,75-28,75 m ³	15-30 m ³	16,25-31,25m ³	17,5-32,5m ³	18,75-33,75m ³	20-35 m ³
4º	> 26,25 m ³	> 27,5 m ³	> 28,75 m ³	> 30 m ³	> 31,25 m ³	> 32,5 m ³	>33,75m ³	> 35 m ³

---2-Âmbito de Aplicação-----

---2.1 – As medidas referidas em 1 serão aplicadas às famílias com três ou mais filhos ou equiparados, com residência fixa e permanente no Município de Azambuja. -----

---2.2 – Estão excluídas do Âmbito de aplicação destas medidas os casos de coabitação de natureza não familiar, tais como sublocação, trabalho doméstico, etc.-----

---3 – Regras de Aplicação-----

---3.1 - A atribuição do tarifário resultante da medida referida em 1 será expressamente requerida pelos interessados, ou a pedido destes, pelo Serviço de Ação Social da Câmara. -----

---3.2 – O requerimento deverá ser instruído com a Declaração de IRS ou na sua falta justificada, de Declaração similar bastante para efeitos de subsídio familiar ou outro no quadro da Segurança social, na falta justificada de um e de outro, por declaração emitida pelos Serviços de Ação Social da C.M.A., e de certificado passado pela Junta de Freguesia comprovando a residência fixa e permanente dos elementos do agregado familiar no Município de azambuja.

---3.3 – O recurso aos benefícios será efetuado mediante apresentação do certificado de família Numerosa, a emitir pela C.M.A., donde conste expressamente a identificação dos elementos integrantes do agregado familiar.-----

---4 – O certificado de família numerosa é obrigatoriamente renovado anualmente, durante o mês de maio.-----

---Uma vez posta a votação a Proposta n.º31/VP/2012 foi aprovada com cinco votos a favor (PS e CPFNT) e uma abstenção CDU .-----

---5.PROPOSTA N.54/P/2012 – Aceitação de Benefícios Fiscais- Plenoespço:-----

---O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

---"Considerando que:-----

---A PLENOESPAÇO - Sociedade de Investimentos Turísticos e Imobiliários, S.A. tem como projeto a construção de um Parque Temático Lusolândia em parte num imóvel sito na Quinta do Archino ou Bunhal, freguesia e concelho de Azambuja, descrito na Conservatória do Registo Predial de Azambuja sob o número 1389, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo R-2-G, e outra num imóvel sito na freguesia da Ota concelho de Alenquer, descrito na Conservatória do Registo Predial de Azambuja sob o número 442, parte do artigo inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 6 secção N a N8;-----

---A PLENOESPAÇO, S.A., pretende proceder à sua cisão, nos termos do artigo 118.º do Código das Sociedades Comerciais, através do destaque de parte do seu património para duas novas sociedades a constituir e que incluirá os dois imóveis supra identificados;-----

---O objetivo da cisão é a autonomização da atividade de promoção imobiliária a desenvolver no imóvel sito na freguesia de Ota, concelho de Alenquer, e da atividade turística/parque temático a desenvolver no imóvel sito na freguesia de Azambuja;-----

---A operação de transmissão de imóveis a efetuar por via da referida cisão está sujeita ao pagamento de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT);-----

---Por ofício com entrada nos serviços a 18/6/2012, a PLENOESPAÇO, S.A. requereu, ao abrigo do disposto no artigo 16.º do Código Fiscal de Investimento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 249/2009, de 23 de setembro, que a Câmara Municipal propusesse à Assembleia Municipal a isenção de IMT e de Imposto do Selo pela transmissão do imóvel sito na freguesia e concelho de Azambuja, inscrito na matriz sob o artigo R-2-G, a operar-se por via da cisão para a nova sociedade a constituir, conforme supra referido;-----

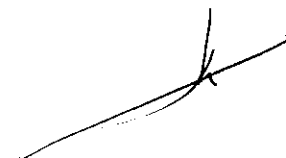
---Ao projeto em causa foi já atribuído o Estatuto PIN (Projeto de Potencial Interesse Nacional) por deliberação da Comissão de Avaliação e Acompanhamento dos Projetos de Potencial Interesse nacional – CAA-PIN, em reunião de 8 de fevereiro de 2010, conforme documento em anexo (documento 1);-----

---O projeto mereceu da CCDR-LVT a classificação de Núcleo de Desenvolvimento Económico e lazer (NDE-TL);-----

--- O valor estimado do investimento é de 255 milhões de euros, a realizar até 2020, prevê a criação de 1600 postos de trabalho e de 1100 camas turísticas, de acordo com o plano de investimento em anexo (documento 2);-----

--- O município de Azambuja, tal como o município de Alenquer, entendem apoiar o projeto de instalação do Parque Temático Lusolândia, uma vez que o mesmo contribuirá para o desenvolvimento económico e social da região e, em particular, do concelho de Azambuja;-----

--- O artigo 16.º do Código Fiscal do Investimento prevê que aos projetos de investimento previstos no n.º 1 do artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais podem ser concedidos, cumulativamente, os incentivos fiscais de isenção ou redução de IMI e IMT, isto no que concerne aos prédios utilizados pela entidade na atividade desenvolvida no quadro do projeto de investimento;-----



--- Por outro lado, o artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais estabelece que os projetos de investimento em unidades produtivas realizados até 31 de Dezembro de 2020, de montante igual ou superior a cinco milhões de euros, que sejam relevantes para o desenvolvimento dos sectores considerados de interesse estratégico para a economia nacional e para a redução das assimetrias regionais, que induzam a criação de postos de trabalho e que contribuam para impulsionar a inovação tecnológica e a investigação científica nacional, podem beneficiar de incentivos fiscais, em regime contratual, com período de vigência até 10 anos, a conceder nos termos, condições e procedimentos definido no Código Fiscal do Investimentos, de acordo com os princípios estabelecidos nos n.ºs 2 e 3 do citado artigo; -----

--- O projeto em apreço se enquadra nos pressupostos definidos Código Fiscal do Investimento e no Estatuto dos Benefícios Fiscais, tendo em conta o valor do investimento, a previsão de criação de postos de trabalho, bem como a realização do investimento 2020; -----

--- Nos termos conjugados do disposto no artigo 7º do Código Fiscal de Investimento, na alínea d) do artigo 11.º e 12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, da alínea a) do artigo 64.º e da alínea h) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei das Autarquias Locais, aprovada pela Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com redação introduzida pela lei n.º 5-A/2002, de 17 de janeiro, a concessão de isenções ou benefícios fiscais, totais ou parciais, em sede de IMI e IMT, fica condicionada à aceitação pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal; -----

--- Proponho: -----

--- Que a Câmara Municipal, face aos termos e fundamentação supra exposta, delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal: -----

--- 1. Nos termos do disposto no artigo 7.º e para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º, ambos do Código Fiscal do Investimento, a emissão de declaração de aceitação dos benefícios fiscais requerida pela PLENOESPAÇO - Sociedade de Investimentos Turísticos e Imobiliários, S.A, sobre a isenção total do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, relativamente à transmissão do imóvel inscrito na matriz predial rústica sob o artigo R-2-G, da freguesia e concelho de Azambuja que ocorrerá por via da cisão que a empresa vai efetuar para a constituição de uma nova sociedade; e, -----

--- 2. Com vista à proteção e garantia dos interesses do Município, que a isenção concedida nos termos do ponto anterior possa ser revogada caso o investimento não seja realizado nos termos supra descritos e, consequentemente, seja o Município ressarcido do montante equivalente à isenção agora proposta para aprovação. -----

--- 3. A isenção será concedida á PLENOESPAÇO, mediante a constituição duma caução a favor do Município de Azambuja, pelo valor total da isenção concedida. -----

--- Uma vez posta a votação a Proposta n.º 31/VP/2012 foi aprovada com cinco votos a favor (PS e CPFNT) e uma abstenção CDU . -----

--- 6 PROPOSTA N.55/PI/2012 – Redução de taxas devidas pela Emissão de Alvará – O Sossego : -----

--- O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando que: -----

--- a decisão do senhor Presidente da Câmara Municipal de 17/4/2012 emitida no âmbito do P. n.º 2/10-EUC que licenciou a obra de construção do edifício destinado a lar de idosos em nome de O Sossego – Centro de Apoio ao Idosos, Lda.; -----

--- que as taxas devidas pela emissão do alvará de licença calculadas a fls. 1270 ascendem a 34.555,37€ (trinta e quatro mil quinhentos e cinquenta e cinco euros e trinta e sete cêntimos) (Anexo 1); -----

--- a requerente, por requerimento registado em 17/8/2012, solicitou a redução das taxas (Anexo 2); -----

---que o n.º 7 do artigo 6º do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Preços do Município de Azambuja prevê a possibilidade de a Câmara Municipal deliberar sobre a redução de taxas até um máximo de 90%, relativamente a operações urbanísticas de manifesto e relevante interesse municipal, o que é o caso desta estrutura destinada a apoiar pessoas idosas e que visa um significativo volume de emprego nos Casais da Lagoa (Freguesia de Aveiras de Baixo) -----

---Proponho: -----

---Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da competência prevista no n.º 7 do artigo 6º do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Preços do Município de Azambuja (Regulamento n.º 816/2010 publicado no DR II Série de 27/10/2010, com a Declaração de Rectificação n.º 2255/2010, DR II Série de 5/11/2010), reduzir em 30% as taxas devidas pela emissão do alvará de licença relativo à obra de construção do Lar de Idosos, objeto do processo n.º 2/10-EUC em nome de O Sossego – Centro de Apoio ao Idosos, Lda., fixando-se o valor das taxas em 24.188,75€ (vinte e quatro mil cento e oitenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos). -----

---Uma vez posta a votação a Proposta n.º 55/P/2012 foi aprovada com cinco votos a favor (PS e CPFNT) e uma abstenção CDU .-----

---7 PROPOSTA N.56/P/2012 – Celebração de Protocolo – ALDISCOUNT, Lda. : -----

---O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

---"Considerando que: -----

---a) É competência do Município a conservação e reabilitação da rede hidrográfica dentro dos aglomerados urbanos, nos termos do artigo 33.º, n.º 5 da Lei n.º 53/2005, de 29 de dezembro; -----

---b) No exercício das suas competências, e no âmbito do Projeto de Controlo de Cheias da Região de Lisboa, da responsabilidade do INAG – Instituto da Água, I.P., a Câmara Municipal promoveu a Regularização da Ribeira do Valverde na área correspondente ao aglomerado urbano, projeto que previa a realização de várias obras entre a EM641 e a EN3, incluindo a reformulação da secção transversal da ribeira e a reformulação e reconstrução do dique, (cf. ponto n.º 3.2.1. da respetiva memória descritiva, doc. 1); -----

---c) A ALDIDISCOUNT – Supermercados, Lda., é titular do Processo de Obras n.º 29/07-CECS, com vista ao licenciamento da construção de um estabelecimento comercial de supermercado;

---d) A construção do supermercado referido no considerando anterior foi viabilizada pela realização de uma operação de loteamento realizado no âmbito do Proc. N.º 4/07-OL, e pela qual se encontra em dívida o pagamento de taxas e compensações no valor de €33.129,26; -----

---e) Como condição para a aprovação do referido loteamento, estabelecida nos pedidos de informação prévia n.º 355/2000-PIP e n.º 44/05-PIP, foi determinada a regularização da Ribeira do Valverde na frente que confina com a propriedade, o que foi concretizado pela ALDIDISCOUNT, por intermédio da Ratisbona – Promoções e Construções (doc. 2) que, por solicitação da Câmara, realizou obras não só na margem inserida no terreno de que é proprietária, como também na margem oposta (cf. comunicação por correio eletrónico de 20 de Julho de 2007, – doc. 3).-----

---a) As obras foram realizadas pelo valor total de €94.697,75, no que diz respeito apenas aos trabalhos de regularização da ribeira (doc. 4);-----

---b) Ao aceitar estender as obras de regularização à margem da Ribeira paralela ao seu terreno, a ALDIDISCOUNT substituiu-se de facto à Câmara Municipal na realização das obras previstas no âmbito do Plano referido na alínea b), permitindo à Câmara Municipal uma poupança efetiva de montante superior ao valor das taxas em dívida. -----

---Proponho: -----

---Que a Câmara Municipal, no uso da competência prevista no artigo 15.º, n.º 3 do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Preços do Município de Azambuja, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 209, de 27 de Outubro – Regulamento n.º 816/2010 – delibere aceitar o pagamento das taxas e compensações em dívida por dação em cumprimento das obras de regularização da Ribeira do

Valverde, realizadas pela ALDIDISCOUNT – Supermercados, Lda., nos termos da minuta de acordo que junto se anexa.-----

---ACORDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA-----

---Entre:-----

---O Município de Azambuja, pessoa colectiva n.º 506 821 480, representada pelo Presidente da Câmara, Joaquim António de Sousa Neves Ramos-----

---e-----

---ALDIDISCOUNT – Supermercados, Lda., pessoa colectiva n.º 506 498 980, com sede na Rua Ponte dos Cavalos, Pinhal dos Santos Frades, Alto Estanqueiro – Jardim, Montijo, representada por, com poderes legais para o acto,-----

---Considerando que:-----

---a) A ALDIDISCOUNT é proprietária de um terreno sito na freguesia de Azambuja, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1405 e inscrito na matriz urbana da freguesia de Azambuja sob o artigo n.º 1842, no qual está implantado um supermercado licenciado no âmbito do Processo de Obras n.º 29/07-CECS;-----

--- A construção do supermercado referido no considerando anterior foi viabilizada pela realização de uma operação de loteamento realizado no âmbito do Proc. n.º 4/07-OL, promovido pelo anterior proprietário do prédio Duarte & Marques, Lda., e pela qual se encontra em dívida o pagamento de taxas e compensações no valor de € 33.129,26;-----

---Como condição para a aprovação do referido loteamento, estabelecida nos pedidos de informação prévia n.º 355/2000-PIP e n.º 44/05-PIP, deveria ser regularizada a Ribeira do Valverde na frente que confina com a propriedade, o que foi concretizado pela ALDIDISCOUNT, que realizou obras não só na margem confinante com o terreno de que é proprietária, como também na margem oposta, pelo valor total de €94.697,75, ao qual acresce o IVA, no que diz respeito a trabalhos relacionados exclusivamente com a regularização da ribeira.-----

--- O Município de Azambuja reconhece o interesse das obras de regularização da Ribeira do Valverde realizadas pela ALDIDISCOUNT, que beneficiaram em termos estéticos e paisagísticos aquela zona da Vila de Azambuja, e se inserem na intervenção prevista pelo próprio Município no âmbito do Projeto de Controlo de Cheias da Região de Lisboa, da responsabilidade do INAG – Instituto da Água, I.P.,-----

---É celebrado o presente acordo, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:-----

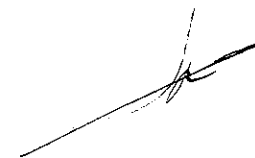
---Cláusula Primeira-----

--- A ALDIDISCOUNT, Lda., na qualidade de proprietária do terreno identificado supra no considerando a), reconhece a existência de uma dívida no valor de € 33.129,26 – trinta e três mil, cento e vinte e nove euros e vinte e seis cêntimos – correspondendo às taxas pela realização, reforço e manutenção de infra-estruturas urbanísticas e pela emissão de alvará de loteamento, bem como à compensação em numerário pela não cedência de espaços verdes e equipamentos urbanos, no âmbito do processo de loteamento n.º 4/07-OL.-----

---Cláusula Segunda-----

---O Município de Azambuja aceita como pagamento em espécie por dação em cumprimento do valor das taxas referidas na cláusula primeira a realização de trabalhos de regularização da Ribeira do Valverde, em ambas as margens, de acordo com a relação de trabalhos anexa ao presente acordo, nos termos do disposto no artigo 15.º, n.º 3 do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Preços do Município de Azambuja, aprovado por deliberação da Assembleia Municipal de 22 de Setembro de 2010.-----

---Cláusula Terceira-----



---No prazo de 20 dias úteis a contar da assinatura do presente acordo, a ALDIDISCOUNT, Lda. obriga-se a requerer a emissão do alvará de loteamento, pelo qual não será cobrada qualquer taxa ou emolumento, e a proceder ao respectivo registo junto da Conservatória do Registo Predial.-----

--- Cláusula Quarta -----

---Pelo presente acordo ambos os outorgantes dão reciprocamente quitação de quaisquer quantias que sejam devidas no âmbito das operações urbanísticas e dos trabalhos de regularização aqui referidas, declarando nada mais haver a receber um do outro. -----

---Anexo: Relação de trabalhos realizados com vista à regularização da Ribeira do Valverde.

---Uma vez posta a votação a Proposta n.º31/VP/2012 foi aprovada por unanimidade.-----

---8- Proposta N.º03/VML/2012- PAFT- Condições de Participação no Programa.-----

---O Senhor Vereador Marco Leal apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

---Considerando:-----

---que é competência da Câmara Municipal de Azambuja apoiar e participar no apoio atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva e recreativa - cfr. Al. b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei L69/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro;-----

---a realização pelo Município, do Programa Atividade Física para Todos / Maiores de 55 anos;

---os objetivos técnicos propostos para os alunos, baseado no estudo científico "Envelhecimento Ativo", protocolo estabelecido com a Escola Superior de Desporto de Rio Maior, em parceria com a Faculdade de Motricidade Humana de Lisboa; -----

---a necessidade de garantir uma maior fidelização e assiduidade por parte dos alunos inscritos, que permita a aplicação da metodologia de treino e recolha dos dados para tratamento científico.

--- Proponho:-----

---O pagamento da sua inscrição, pelos participantes do PAFT – maiores de 55 anos, que engloba o custo do respetivo seguro por trimestre nomeadamente: -----

--- Uma aula por semana: -----

---1.º Trimestre: Outubro, Novembro, Dezembro 2011: 3 euros -----

---2.º Trimestre: Janeiro, Fevereiro, Março: 3 euros-----

---3.º Trimestre: Abril, Maio, Junho: 3 euros-----

--- Duas aulas por semana: -----

---1.º Trimestre: Outubro, Novembro, Dezembro 2011: 6 euros -----

---2.º Trimestre: Janeiro, Fevereiro, Março: 6 euros-----

---3.º Trimestre: Abril, Maio, Junho: 6 euros-----

---Que os participantes que têm direito ao Complemento Solidário do Idoso sejam isentos do pagamento da inscrição mediante prova de vida/declaração anual a apresentar pelos serviços sociais municipais. -----

--- Que as turmas tenham de ser constituídas no mínimo por 10 alunos e máximo 20 e destinam-se a pessoas maiores de 55 anos.-----

--- Seja feita uma avaliação trimestral a cada turma e caso se verifique uma redução de 50% no número de alunos, as aulas dessa turma serão interrompidas imediatamente.-----

---Uma vez posta a votação a Proposta n.º03/VML/2012 foi aprovada por unanimidade.-----

---9- Proposta Nº12/VSL/2012- Cedência de Cal- CERCI.-----

---O Senhor Vereador Silvino Lúcio apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

---Considerando que:-----

--- A CERCI – Flor da Vida pretende recorrer à cal disponibilizada pela Junta de Freguesia de Azambuja no âmbito da sua “Campanha da Cal”, para utilizar no imóvel da Quinta das Rosas;

---A quantidade de cal fornecida pela Junta de Freguesia é insuficiente em relação às necessidades da CERCI;-----

---A CERCI solicitou à Câmara Municipal a cedência de 30 kg de cal, quantidade que é a necessária para realizar a intervenção;-----

---Compete à Câmara Municipal deliberar sobre a forma de apoio a entidades legalmente existentes, nos termos do artigo 64.º, n.º 4, alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro,-----

---Considerando que a despesa a realizar dispõe de cabimentação orçamental na rubrica 05/02.01.21.-----

---PROPONHO:-----

---Que a Câmara Municipal delibere atribuir ceder à CERCI – Flor da Vida 30 kg de cal para utilizar no imóvel da Quinta das Rosas.-----

---Uma vez posta a votação a Proposta n.º12/VSL/2012 foi aprovada por unanimidade.-----

---10- Proposta 01/VAJL/2012 - Revogação de Proposta 39/P/2008-----

---O Senhor Vereador António Jorge Lopes apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:---

---1. “Na reunião ordinária da Câmara Municipal de Azambuja de 13/05/2008, com os votos contra do PSD e CDU, os eleitos do Partido Socialista aprovaram a Proposta Nº 39/P/2008, através da qual foi reconhecido o interesse público da instalação do “Aterro de Resíduos não Perigosos e Resíduos Inertes” na Quinta da Queijeira, em Azambuja.-----

---2. A Proposta tinha subjacente 3 pressupostos, que se explicitam e que constam da ata da referida reunião ordinária.-----

- i. A necessidade de “tapar os buracos” criados com a extração de areias da Empresa Zubareias - Areias S.A;-----
- ii. A criação de uma infraestrutura que permita depositar os escombros (da construção civil) em sítio próprio;-----
- iii. A participação do Município de Azambuja na empresa gestora do Aterro, “detendo 55 do capital social da empresa (ZUBAREIA), e o “ tratamento preferencial com 30% de desconto relativamente ao depósito de resíduos municipais”-----

---3. No dia 19/06/2008, a ZUBAREIA-Areias S.A. foi declarada insolvente pelo Tribunal Judicial do Cartaxo, no âmbito do processo nº 386/07.6TYLSB.-----

---4. Tratando-se de uma declaração de interesse público municipal, a Proposta Nº 39/p/2008 foi submetida à Assembleia Municipal na sua reunião ordinária do dia 26/06/2008 – e isto apesar de, entretanto, já ter sido declarada a insolvência da empresa que seria parceira no negócio da Câmara de Azambuja.-----

---5. Nessa reunião da Assembleia Municipal, o PSD propôs que a votação da Proposta Nº 39/P/2008 fosse adiada, o que foi rejeitado por 15 votos, após voto de desempate do presidente da Mesa, eleito também socialista.-----

---6. Face a esta divisão dentro da Assembleia Municipal o presidente da Câmara de Azambuja retirou a proposta e a mesma não foi submetida a votação.-----

---7. Na reunião extraordinária de 10/09/2008 da Assembleia Municipal, a proposta de declaração de reconhecimento de interesse público municipal da instalação do “Aterro de Resíduos Não Perigosos e de Resíduos Inertes” na Quinta da Queijeira pela ZUBAREIA foi aprovada exclusivamente com os votos dos eleitos do PS (os deputados municipais do PSD e da CDU abandonaram a sala).-----

---8. A referida declaração de reconhecimento do interesse público municipal continua eficaz, nomeadamente porque a proposta nº 39/P/2008 não definiu qualquer prazo de caducidade. -----

---9. A empresa SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. que tem a responsabilidade da recolha de resíduos em vários concelhos vizinhos como Cartaxo, Rio Maior e Vila Franca de Xira, requereu à CCDR o licenciamento do “Aterro de Resíduos Industriais não Perigosos” na Quinta da Queijeira. -----

---10. A concretização do “Aterro de Resíduos Industriais Não Perigosos” na Quinta da Queijeira é um erro crasso do ponto de vista do território municipal, pois: -----

---Desqualifica em termos de enquadramento ambiental e económico, a Quinta de Vale Fornos” (que tem sido referenciada em documentos oficiais da Câmara de Azambuja como uma Quinta de interesse histórico e potencial turístico)” -----

---Põe em causa o bem-estar ambiental dos moradores da chamada “Urbanização da Quinta da Marquesa”, que está a pouco mais de 300 metros da localização do futuro Aterro. -----

---Desqualifica em termos de desenvolvimento urbanístico a entrada nascente da Vila de Azambuja, que se transformará numa amálgama sem dignidade com “lixeria”, armazéns, habitações e espaços coletivos de uso público; -----

---Aumenta significativamente a circulação de tráfego pesado na EN 3 (troço Azambuja/Guarita), sem que a Câmara de Azambuja tivesse salvaguardado a duplicação da EN3 (a capacidade do futuro Aterro será, por agora, de 25 mil toneladas, o que potencia a circulação de, pelo menos, 1000 camiões); -----

---Não permite a arrecadação de qualquer receita municipal significativa, nomeadamente porque a empresa promotora do Aterro tem a sua sede noutro Concelho. -----

---Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal de Azambuja, na sua reunião ordinária de 28/08/2012, aprove: -----

---1. Revogar a Proposta nº 39/P/2012, aprovada pela Câmara Municipal de Azambuja em 13/05/2012 e a consequente declaração de interesse público municipal da instalação do “Aterro de Resíduos Sólidos Não Perigosos e de Resíduos Inertes” na Quinta da Queijeira, freguesia de Azambuja. -----

---2. Comunicar formalmente à Agência Portuguesa do Ambiente e à CCDR-LVT a sua total oposição à instalação do “Aterro de Resíduos Sólidos Não Perigosos e de Resíduos Inertes” na Quinta da Queijeira, porquanto este tipo de atividade económica não se enquadra nos objetivos da estratégia de desenvolvimento sócio-económico definidos para a freguesia de Azambuja e nos pressupostos estabelecidos para a revisão do Plano Diretor Municipal.” -----

---Uma vez posta a votação a Proposta nº 01/VAJL/2012 foi reprovada com dois votos a favor (CPFNT e CDU) e quatro votos contra PS. -----

---11 PROPOSTA N.º 61/P/2012 – Abertura de Conta Bancária: -----

---O Senhor Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: -----

---“Considerando: -----

---que nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), bem como no art. 11º do Regulamento de Controlo Interno ao nível dos métodos e procedimentos de controlo das disponibilidades, a abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo; -----

---a candidatura á norma 3.2.1/GAL/2009 – Regulamento Específico de Aplicação da Ação 3.2.1- “Conservação e Valorização do Património Rural” com a designação “Requalificação da Casa João Moreira em Vila Nova de S. Pedro” -----

---Proponho: -----

---a abertura de uma conta bancária na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Azambuja, afeta a todos os movimentos financeiros relativos a recebimentos e pagamentos que decorram diretamente do cofinanciamento da referida candidatura. -----

---Uma vez posta a votação a Proposta nº 61/P/2012 foi aprovada com cinco votos a favor (PS e CDU) e uma abstenção CPFNT. -----

---12- Proposta Nº04/VML/2012- Contrato – Programa com Aveiras de Cima Sport Clube.---

---O Senhor Vereador Marco Leal apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

---"Considerando que: -----

---a) O Município de Azambuja, no uso das suas competências previstas nas alíneas a) e b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei das Autarquias Locais, Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, promove uma política de apoio ao associativismo, através da atribuição de subsídios ao funcionamento das associações e ao desenvolvimento de actividades de natureza cultural, recreativa e desportiva na comunidade; -----

---b) A atribuição de apoios ou participações financeiras por parte das autarquias locais especificamente para a área do desporto são tituladas por contrato-programa de desenvolvimento desportivo, de acordo com o disposto no artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro – Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto – e segundo o regime constante do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro;-----

---PROPONHO que a Câmara Municipal delibere:-----

---1. Aprovar a atribuição dos apoios financeiros previstos no mapa anexo à presente proposta, de acordo com as actividades aí mencionadas; -----

---2. Aprovar a celebração do contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Aveiras de Cima Sport Clube, nos termos da minuta que junto se anexa. -----

---CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO -----

---Entre-----

---PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Azambuja, com sede na Praça do Município, nº 19, 2050-315 Azambuja, pessoa colectiva n.º 506 821 480, aqui representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Joaquim António de Sousa Neves Ramos, e -----

---SEGUNDO OUTORGANTE: União de Desporto e Recreio de Vila Nova da Rainha, com sede na Rua Manuel Joaquim Alves Dinis, nº20, 2050-510 Vila Nova da Rainha, pessoa colectiva n.º 501644660, aqui representado pelo presidente da Direcção, Rui Manuel Coelho Costa,-----

---E considerando que: -----

---1. A atribuição de apoios ou participações financeiras por parte das autarquias locais na área do desporto é titulada por contrato-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos do artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro – Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto – e de acordo com o regime constante do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro;-----

---2.. O Município de Azambuja, no uso das suas competências previstas nas alíneas a) e b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei das Autarquias Locais, Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, promove uma política de apoio ao associativismo desportivo, através da atribuição de subsídios ao funcionamento das associações e ao fomento da prática desportiva na comunidade; -----

---3A Associação tem vindo a desenvolver um trabalho meritório na promoção a actividade desportiva no concelho de Azambuja, reconhecido pela Câmara Municipal e merecedor do seu apoio com vista a dar-lhe seguimento e a apoiar o seu desenvolvimento, -----

---É celebrado o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo o qual se rege pelas cláusulas seguintes:-----

---Cláusula 1.^a- Objeto-----

---O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo estabelece as condições de atribuição de apoio pelo primeiro outorgante à execução de um programa de desenvolvimento desportivo no concelho de Azambuja, em especial na freguesia de Vila Nova da Rainha. -----

---Cláusula 2.^a - Programa de Desenvolvimento Desportivo-----

Compete ao segundo outorgante executar o seguinte programa de desenvolvimento desportivo consistindo no desenvolvimento da prática das seguintes modalidades desportivas:-----

---a) Ginástica;-----

---b) Futebol; -----

---c) Futsal; -----

---d) taekwondo. -----

---Cláusula 3.^a- Comparticipação financeira-----

---1. Pela execução do programa de desenvolvimento desportivo objeto do presente contrato programa, o primeiro outorgante obriga-se a atribuir um apoio financeiro no valor de €1.922,50 (mil novecentos e vinte e dois euros e cinquenta cêntimos). -----

---2. O pagamento da comparticipação financeira será efetuado por cheque.-----

---Cláusula 4.^a- Obrigações do segundo outorgante -----

---O segundo outorgante obriga-se a:-----

---a) executar o programa de desenvolvimento desportivo objeto do presente contrato-programa, mantendo em funcionamento as modalidades desportivas constantes do programa de desenvolvimento desportivo; -----

---b) Aplicar as verbas transferidas ao abrigo do presente contrato programa ao funcionamento das modalidades desportivas, sendo-lhe vedada a afetação a quaisquer outros fins; -----

---c) Cumprir a legislação referente à luta contra a dopagem no desporto e ao combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, bem como as determinações das entidades competentes nestas áreas; -----

---d) Manter os comprovativos das despesas realizadas com a execução do presente contrato-programa e apresentá-los ao primeiro outorgante, quando solicitado para o efeito;

---e) Prestar ao primeiro outorgante todas as informações necessárias ao acompanhamento da execução do programa de desenvolvimento desportivo; -----

---f) Elaborar um relatório final sobre a execução do presente contrato-programa; -----

---Cláusula 5.^a - Acompanhamento e controlo da execução-----

---Compete ao primeiro outorgante fiscalizar a execução do contrato-programa, podendo, para o efeito, realizar inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria externa, nos termos do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro.

---Cláusula 6.^a – Incumprimento-----

---1. O incumprimento, por parte do segundo outorgante, das obrigações previstas no presente contrato-programa confere ao primeiro outorgante o direito de resolução do mesmo.

---2. O incumprimento do disposto nas alíneas a) a c) da cláusula 4.^a confere ao primeiro outorgante o direito de reaver todas as quantias pagas. -----

---Cláusula 7.^a – Publicidade-----

---O presente contrato-programa está sujeito a publicação por edital por parte do primeiro outorgante, nos termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro.

---Cláusula 8.^a – Vigência-----

--- O presente contrato-programa entra em vigor 10 dias após a sua publicação nos termos legais, e vigora até 31 de Dezembro de 2012. -----

---Uma vez posta a votação a Proposta n.º04/VML/2012 foi aprovada por unanimidade.

---13.Informações:-----

---13.1.Departamento de Administração e Finanças-Divisão Financeira-Contabilidade-Resumo
Execução Orçamental-Período:1 de Janeiro a 04 de Setembro de 2012-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

---6.2.Departamento de Administração e Finanças-Divisão Financeira-Aprovisionamento-
Adjudicação de bens e Serviços de valor≥25.000 euros-Período:24-08-2012 a 06-09-2012 -----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

---6.3.Departamento de Administração e Finanças-Informação N.11/P/2012/DAF-Modificação ao
Orçamento. -----

---A Câmara tomou conhecimento. -----

---6.4.Departamento de Urbanismo-Despachos do Mês de Agosto de 2012.-----

---A Câmara tomou conhecimento. -----

---Para conhecimento geral se publica este Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados
nos lugares públicos do costume.-----

-----Gabinete de Apoio ao Presidente, 14 de Setembro de 2012.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal de Azambuja-----

-----*P/*Joaquim António Ramos (Dr.) -----

